



## AS IMPLICAÇÕES DO PROGRAMA MULHERES MIL

Fernanda de Magalhães Trindade<sup>1</sup>

### Resumo

Este trabalho analisa o Programa Mulheres Mil e suas implicações na vida das participantes nas cidades de São Borja e Itaqui, no Rio Grande do Sul, com ênfase na educação, ingresso no mundo do trabalho público e geração de renda. Para atingir o objetivo proposto, realizei uma análise documental e entrevistas narrativas. Os resultados permitiram concluir que, embora esse Programa prime pela profissionalização de mulheres pobres, ingresso no mundo do trabalho público e geração de renda, muito pouco se alterou na vida das mulheres entrevistadas. Elas continuam realizando atividades consideradas domésticas e femininas. Sendo assim, para que o Programa seja eficaz, precisa investir em uma educação básica de qualidade, sem a qual dificilmente alcançará uma educação profissional promissora.

**Palavras-chave:** Educação. Programa Mulheres Mil. Trabalho.

### Introdução


Este trabalho tem como objetivo analisar o Programa Mulheres Mil, uma política pública destinada às mulheres pobres, e as implicações desse Programa na vida das participantes, com ênfase na educação, ingresso no mundo do trabalho público e geração de renda. Analisei, em especial, o Programa Mulheres Mil, realizado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, campus São Borja (RS), no ano de 2012, por meio do Curso de Produção, Elaboração e Distribuição de Alimentos Derivados da Pesca.

Compreendo políticas públicas “[...] (em sentido lato) como linguagem, como artefato cultural e como tecnologia de poder, [...] que têm se tornado um instrumento central de organização das sociedades contemporâneas” (MEYER, 2012, p. 50-51). Dessa forma, o Programa Mulheres Mil apresenta-se como uma política de ações afirmativas de governo, com o objetivo de viabilizar os direitos sociais das mulheres, garantir uma melhor qualidade de vida e minimizar as desigualdades de gênero presentes na sociedade brasileira.

---

<sup>1</sup> Doutora em Educação nas Ciências, Professora do Instituto Federal Farroupilha, campus São Borja, fernanda.trindade@iffarroupilha.edu.br





Para alcançar o objetivo proposto, recorri à análise de documentos oficiais do Programa Mulheres Mil e a entrevistas narrativas com as participantes desse Programa. A análise de dados constituiu-se na interlocução com as entrevistas narrativas, com os documentos oficiais do Programa Mulheres Mil e com os demais referenciais teóricos aqui utilizados. Os dados produzidos nas entrevistas narrativas foram analisados à luz da análise de conteúdo, um método muito utilizado no âmbito da investigação qualitativa, pois a escolha de métodos e técnicas para a análise de dados deve, obrigatoriamente, proporcionar um olhar multifacetado sobre a totalidade dos dados durante as entrevistas.

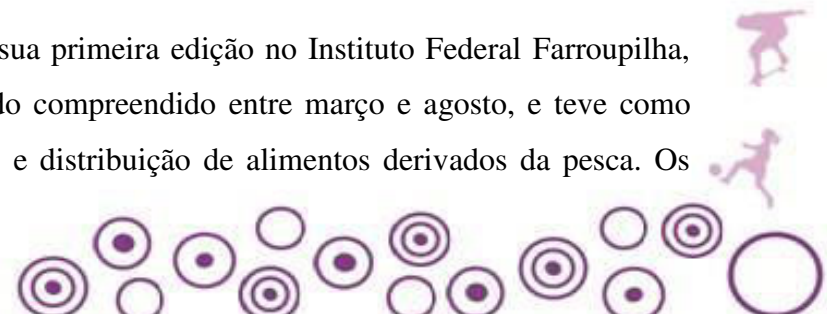
### **O Programa Mulheres Mil: Curso de Produção, Elaboração e Distribuição de Alimentos Derivados da Pesca**


O Programa Mulheres Mil faz parte do Plano Brasil Sem Miséria e é umas das estratégias do III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2013-2015) para a profissionalização de mulheres. Em 2014, passou a integrar o Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego).

O Programa Mulheres Mil está inserido no conjunto de prioridades das políticas públicas do governo federal, nos eixos de promoção da equidade, igualdade de gênero, combate à violência contra as mulheres e acesso à educação. No contexto internacional, o Programa Mulheres Mil contribui para o alcance das Metas do Milênio promulgadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2000 e aprovada por 191 países, entre as quais estão a erradicação da pobreza extrema e da fome, a promoção da igualdade entre gêneros, a autonomia das mulheres e a garantia da sustentabilidade ambiental (BRASIL, 2008).

O Programa é acolhido pelos Institutos Federais, que criam mecanismos para a promoção do acesso das mulheres afastadas da possibilidade de inclusão ao conhecimento, à tecnologia e à inovação, oferecendo educação profissional e tecnológica, atendendo as demandas sociais e peculiaridades regionais (BRASIL, 2012). O Programa deve ter carga horária mínima de 160 horas e apoia-se em módulos flexíveis, organizados de forma a avaliar a aprendizagem prévia das mulheres, bem como a contribuir com o aumento da autoestima, com a elevação da escolaridade e com o acesso ao mundo do trabalho e ao empreendedorismo, oferecendo formação em áreas profissionais específicas de acordo com a realidade de cada comunidade.

O Programa Mulheres Mil teve sua primeira edição no Instituto Federal Farroupilha, campus São Borja, em 2012, no período compreendido entre março e agosto, e teve como enfoque central a produção, elaboração e distribuição de alimentos derivados da pesca. Os





municípios contemplados foram São Borja e Itaqui (RS), ambos inseridos no território da pesca da Região das Missões e banhados pelo Rio Uruguai, enquadrando-se dentro do perfil da Pesca Artesanal de Água Doce.

O objetivo desse curso foi capacitar as mulheres pescadoras, esposas e filhas de pescadores para o processo de produção, elaboração e distribuição de alimentos derivados da pesca. Os resultados esperados eram o de possibilitar a inclusão das mulheres no mundo do trabalho formal, organizar a produção e distribuição do peixe e seus derivados por meio de ações sustentáveis e cooperativas e facilitar o acesso das mulheres às políticas públicas e aos seus direitos (IFFAR, 2011).

O curso de Produção, Elaboração e Distribuição de Alimentos Derivados da Pesca teve carga horária de 180 horas, contemplou 100 mulheres e utilizou variadas metodologias e recursos didáticos para a aprendizagem. As mulheres que participaram do Programa Mulheres Mil: Produção, Elaboração e Distribuição de Alimentos Derivados da Pesca receberam uma bolsa no valor de R\$ 100 (cem reais). Para tanto, deveriam cumprir um mínimo de 75% de presença e 70% de aproveitamento para aprovação.


### **As implicações do Programa Mulheres Mil: o que dizem as mulheres**

As mulheres entrevistadas, ao falarem de si, atribuíram significados ao Programa Mulheres Mil, ao processo de escolarização profissionalizante do curso de Produção, Elaboração e Distribuição de Alimentos Derivados da Pesca e às condições de trabalho. As análises das narrativas trouxeram à tona significados comuns produzidos pelo Programa Mulheres Mil nas entrevistadas. Entre eles, destaco o trabalho desde a infância; a pouca escolarização; o trabalho precário de pescadora; a divisão generificada<sup>2</sup> do trabalho; o novo desafio de participar do Programa; a vergonha de voltar a estudar depois de atingir a idade adulta; o apoio e o fortalecimento das relações familiares, assim como das sociais; a importância da diversificação da produção para agregar valor ao peixe; a luta por reconhecimento pessoal, social e profissional; o gosto pelo artesanato; a falta de apoio dos órgãos públicos na atividade pesqueira, no manuseio e na comercialização do peixe; o empreendedorismo de si; a participação em associações de classe; a bolsa de estudos e a complementação da renda familiar; a elevação da autoestima; o desenvolvimento de noções de igualdade entre mulheres e homens.

---

<sup>2</sup> Utilizo a expressão divisão generificada do trabalho ao invés de divisão sexual do trabalho, por acreditar que o gênero é culturalmente construído e não biologicamente determinado.





O trabalho está presente na fala das entrevistadas, marcando suas vidas desde a infância, junto com a família, para melhorar a renda e condição de vida. O trabalho precoce não permitiu que essas mulheres frequentassem a escola e dessem continuidade aos estudos. Todas as entrevistadas estudaram somente até o Ensino Fundamental, sendo a infância precocemente interrompida.

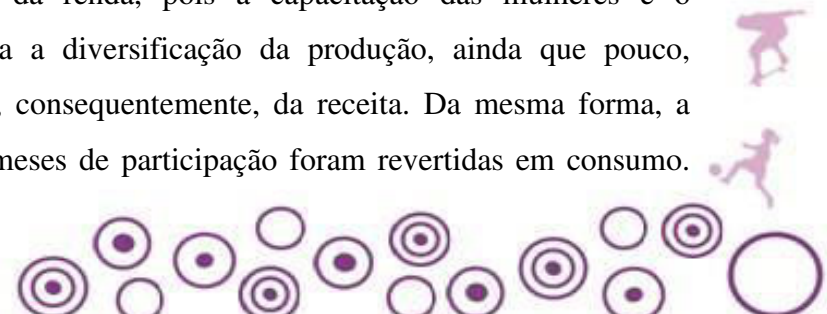
Marcadas pelo trabalho na infância, pela “infância curta” e pela pouca escolarização, as mulheres entrevistadas capacitaram-se pela vida. Casaram-se com pescadores e o auxílio, antes dado aos pais e mães em troca de sustento e complementação da renda, agora é dado ao companheiro na atividade pesqueira. É comum nas narrativas o desabafo quanto à precariedade do trabalho realizado, considerado como uma “vida de escravidão”.


Nesse sentido, o Programa Mulheres Mil surge para profissionalizar mulheres e incluí-las no mundo do trabalho público, mais rentável e mais valorizado quando comparado ao trabalho doméstico. Ao oferecer o Curso de Produção, Elaboração e Distribuição de Alimentos Derivados da Pesca, esse Programa pretende aperfeiçoar práticas já realizadas informalmente, para transformá-las em profissão. Busca-se transformar a trabalhadora informal em empreendedora, empresária de si, que produz e vende a sua produção feita à base de peixe.

Contudo, mesmo essas políticas de educação tecnológica e profissional representando uma conquista social de amplo espectro no cenário nacional, uma análise crítica se faz necessária sobre as implicações e mudanças produzidas nas vidas das mulheres participantes do Programa Mulheres Mil.

Percebe-se que a formação profissional oferecida pelo Programa é disciplinada e técnica, que parece reafirmar as atividades ditas femininas e reforça o processo de precarização do trabalho. O Curso de Produção, Elaboração e Distribuição de Alimentos Derivados da Pesca possui duração de 180 horas, constituindo-se em uma educação acelerada de mão de obra, em que as mulheres são “obrigadas a adotar certos traços avançados saltando as etapas intermediárias” (RAMOS, 2012, p.24), ou seja, mulheres pouco escolarizadas, muitas delas analfabetas, que se veem obrigadas a qualificarem-se para o mundo do trabalho público e rentável, sem antes frequentar a educação básica.

Dessa forma, entendo que o Programa Mulheres Mil atingiu, em partes, o objetivo de profissionalização e de complemento da renda, pois a capacitação das mulheres e o desenvolvimento de competências para a diversificação da produção, ainda que pouco, contribuiu para o aumento da venda e, conseqüentemente, da receita. Da mesma forma, a bolsa de estudos oferecida durante os meses de participação foram revertidas em consumo.





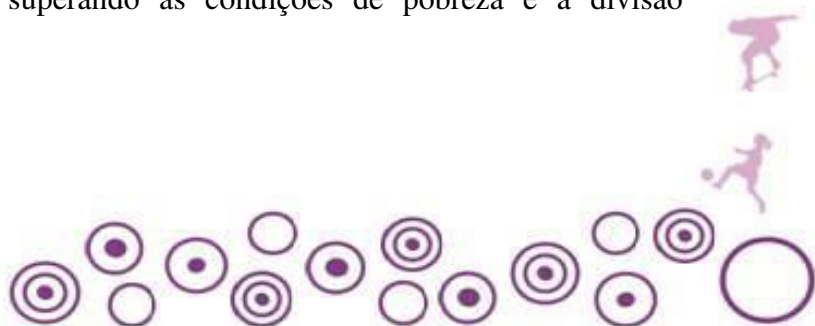
Contudo, embora a educação profissional oferecida pelo Programa aumente o nível de consumo imediato ou de sobrevivência imediata de mulheres antes excluídas desse processo, não se enquadra nos eixos propostos de promoção da equidade e igualdade de gênero (BRASIL, 2008), nem contribui para a formação de cidadãs críticas orientadas para o pensar e o fazer.

As narrativas mostraram que o valor da renda obtida “[...] não é gasto individualmente pela mulher, ele é transferido para a família, para o bem-estar e qualidade de vida, sendo seu uso de forma coletiva” (LUNARDI, 2012, p.132). Se a renda obtida pelas mulheres é depositada em um fundo coletivo, perde-se o controle sobre ela, ficando difícil contabilizar o que é de um(a) e o que é de outro(a), o que resulta, na maioria das vezes, em um domínio dos homens sobre o recurso, já que ele sempre foi o provedor da família, detentor da receita oriunda da pesca (LUNARDI, 2012).

A educação profissional ofertada pelo Programa Mulheres Mil, mesmo proporcionando o acesso a recursos financeiros, não trouxe mudanças significativas nas relações de gênero acerca do uso desses recursos, pois no momento que o recurso econômico entra no conjunto da receita familiar, ele é gasto de diferentes formas. Segundo Brumer (2004, p.213), “Enquanto que eles privilegiam o consumo individual (bebida, lazer), elas favorecem as despesas com a casa e com o bem-estar dos membros da família”.

Sendo assim, mesmo sob o discurso da igualdade, o Programa, além de não modificar as condições de vida das participantes, não contempla o direito à diferença de gênero e reforça a divisão generificada do trabalho, no momento em que oferta cursos para a profissionalização de atividades já realizadas dentro de suas casas, na cozinha e no artesanato. Trata-se de uma política compensatória, focalizada nas mulheres, que reproduz atividades domésticas, rotineiras, pouco remuneradas e que não fazem uso de tecnologias avançadas, conforme sugere Bandeira (2004). Assim, os cursos para a educação profissional têm sido o grande desafio das políticas públicas para as mulheres.

Para atingirem o pressuposto da inserção no mundo do trabalho público e da conquista da autonomia econômica, precisam ampliar as formas de educação além dos interesses do capital, bem como transversalizar o gênero. Somente assim, as políticas educacionais profissionalizantes, como o Programa Mulheres Mil, alcançarão, efetivamente, a autonomia de mulheres, a igualdade de gênero, superando as condições de pobreza e a divisão generificada do trabalho.





## Considerações finais

O Curso de Produção, Elaboração e Distribuição de Alimentos Derivados da Pesca – ofertado pelo Programa Mulheres Mil – embora tenha como objetivo profissionalizar mulheres para torna-las autônomas e geradoras de renda, muito pouco alterou a vida das mulheres que dele participaram.

Ao analisar os documentos oficiais do Programa e as entrevistas narrativas, observei que se trata de um treinamento de mão-de-obra para a execução de atividades consideradas femininas – domésticas. Dessa forma, conclui-se que o Programa Mulheres Mil precisa primar pela educação centrada na qualidade e produzir movimentos no sentido de formar cidadãs capazes de compreender a realidade social, política, cultural e econômica, particularmente do mundo do trabalho público, para nele inserirem-se atuando de forma não apenas técnica, mas política, ética e competente.

Assim, a educação profissional precisa ser compreendida como um espaço para a ampliação das capacidades humanas das mulheres participantes, não apenas de formação técnica, mas intelectivas. Devem-se criar condições necessárias para uma educação de qualidade bem superior à atualmente ofertada, numa perspectiva emancipatória e identificada com os anseios das trabalhadoras das camadas populares, para termos de fato uma sociedade menos excludente e mais democrática.

## Referências

BANDEIRA, L. **A transversalidade da perspectiva de gênero nas políticas públicas**. Brasília, DF: Comissão Econômica para América Latina e Caribe – CEPAL; Secretaria Especial de Política para as Mulheres – SPM, 2004. Disponível em: <[http://www.spm.gov.br/arquivosdiversos/.arquivos/integra\\_transversalidade\\_genero](http://www.spm.gov.br/arquivosdiversos/.arquivos/integra_transversalidade_genero)>.

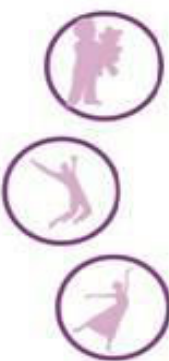
Acesso em: 02 jul. 2016.

BRASIL. **Mulheres Mil** – Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável. Brasília: Ministério da Educação, 2008. Disponível em: <<http://mulheresmil.mec.gov.br/>>. Acesso em: 05 nov. 2012.

BRASIL. **Cartilha Pronatec**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012. Disponível em: <[http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user\\_arquivos\\_25/Cartilha\\_Pronatec\\_BSM\\_V.2012.pdf](http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_25/Cartilha_Pronatec_BSM_V.2012.pdf)>. Acesso em: 06 Out. 2015.

BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, jan./abr. 2004.





IFFAR – INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA. **Plano de Trabalho:** Proposta de implantação do Programa Mulheres Mil. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal Farroupilha, campus São Borja, 2011.

LUNARDI, R. **Mudanças nas relações de trabalho e gênero no turismo rural.** 2012. 220 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

MEYER, D. E. Abordagens pós-estruturalistas de pesquisa na interface educação, saúde e gênero: perspectiva metodológica. In: MEYER, D. E.; PARAÍSO, M. A. (Org.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em Educação.** Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012. v. 1, p. 47-62.

RAMOS, M. N. A educação tecnológica como política de Estado. In: OLIVEIRA, R. de. **Jovens, ensino médio e educação profissional: Políticas públicas em debate.** Campinas, SP: Papirus, 2012.





UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG

**Catálogo na Publicação:**

Bibliotecária Simone Godinho Maisonave – CRB -10/1733

S471a Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade (7. : 2018 : Rio Grande, RS)

Anais eletrônicos do VII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade, do III Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade e do III Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade [recurso eletrônico] / organizadoras, Paula Regina Costa Ribeiro... [et al.] – Rio Grande : Ed. da FURG, 2018.

PDF

Disponível em: <http://www.7seminario.furg.br/>

<http://www.seminariocorpogenerosexualidade.furg.br/>

ISBN:978-85-7566-547-3

1. Educação sexual - Seminário 2. Corpo. 3. Gênero 4. Sexualidade I. Ribeiro, Paula Regina Costa, org. [et al.] II. Título III. Título: III Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade. IV. Título: III Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade.

CDU 37:613.88

Capa e Projeto Gráfico: Thomas de Aguiar de Oliveira  
Diagramação: Thomas de Aguiar de Oliveira

